

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

*Mauro Maia Laruccia**
*Flávia Nisti Cataldo***

Resumo

Este artigo procura discutir os conceitos de ética e de responsabilidade social nas organizações que, pela própria natureza de suas marcas, tornaram-se o alvo preferido dos holofotes da sociedade. Por muito tempo, os negócios ficaram fora das discussões sobre o tema, como se tivessem, de fato, um papel menor a desempenhar. Produzir lucros, empregar pessoas e pagar impostos parecia ser mais do que suficiente para ser bem aceito. Não mais. O aumento da competitividade e os níveis de exigência de funcionários, clientes e consumidores tornou o cenário mais dinâmico e desafiador; assim, a ética e a responsabilidade social transformaram-se em fatores de competitividade.

* Mauro Maia Laruccia é doutor em Comunicação e Semiótica, mestre em Administração e administrador; é professor da Faculdade São Luís. E-mail: mauro.laruccia@terra.com.br

** Flávia Nisti Cataldo é especialista em Estatística e administradora; é professora da Faculdade São Luís e voluntária da Casa Madre Teodora dos Idosos. E-mail: nisticat@terra.com.br

Palavras-Chave

Organizações, responsabilidade social, ética.

Abstract

This paper seeks to discuss the concepts of ethics and social responsibility in organizations that, due to the nature of their brands, have become society's favorite targets. Business has been out of this discussion for a long time, as if it had a minor role to perform. Making profits, employing people and paying taxes seemed to be more than enough to be reputable. Not any longer. The increase of competitiveness and demand levels of employees, customers and consumers has transformed the scenario into a more dynamic and challenging one; in this way, ethics and social responsibility have become competitiveness factors.

Key words

Organizations, social responsibility, ethics.

Considerações Iniciais

Na abertura da sua obra *A Política*, Aristóteles (1998, p.5) afirma que o homem é um ser social e cívico porque somente ele é dotado de linguagem. *A linguagem é o corpo do pensamento, sua manifestação visível e sua dimensão comunitária*, afirma Chauí (2002, p.427). Além disso, o homem, ao utilizar a linguagem, representa o mundo; torna presente no pensamento o que está ausente e estabelece a comunicação com o outro. O trabalho se realiza, então, como uma atividade coletiva.

Organizações são instituições sociais não-naturais, cuja ação desenvolvida por seus membros é dirigida por objetivos. São projetadas como sistemas de atividades e autoridade, deliberadamente estruturados e coordenados, atuando de forma interativa com o ambiente que as cerca. Uma organização, dessa forma, é constituída por um grupo de indivíduos que mantêm um inter-relacionamento, necessário à realização de tarefas, de forma cooperativa, e que conduzirão ao alcance dos objetivos. Nesse sentido, um esforço grupal desenvolve-se dentro das organizações, que são sistemas formados, administrados, projetados e operados por pessoas para atingir determinado conjunto de objetivos (Lapassade,

1977; Galbraith, 1987; Friedberg, 1993; Mohrman & Mohrman, Jr, 1995; Morgan, 1996; Drucker, 1997; Castells, 1999).

No livro *Grupos, Organizações e Instituições*, G. Lapassade (1977, p.14-15) sustenta que numa realidade social existem três níveis básicos: os grupos, as organizações e as instituições. O grupo é o alicerce da vida cotidiana, em que a *unidade de base é a oficina, o escritório, a classe* (Ibid). A organização é o nível da empresa em sua totalidade. A instituição é o nível do Estado que faz a lei e que confere às instituições força de lei. Castells (1999, p.173) afirma:

Por organizações, entendo os sistemas específicos de meios voltados para a execução de objetivos específicos. Por instituições, compreendo as organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas em nome da sociedade como um todo.

Para Lapassade (1977) a experiência imediata da vida social situa-se sempre em grupos: a família, a classe, os amigos. No trabalho, o horizonte imediato da experiência é sempre constituído por grupos: é a equipe na empresa, o grupo de estudos na escola, a equipe de projeto. Nessas organizações, emerge um novo elemento: o grupo é aprisionado num sistema institucional, a organização, em que se distancia a possibilidade de ação direta sobre as decisões e se cria um sentimento de impotência, pois as decisões são tomadas em outro lugar, sem que seus integrantes sejam consultados. Por isso, *ao longo da história, as organizações têm sido associadas a processos de dominação social nos quais indivíduos ou grupos encontram formas de impor a respectiva vontade sobre os outros* (Morgan, 1996, p.281).

Para Friedberg (1993, p.30-31) o modelo clássico da organização está baseado em três premissas: em primeiro lugar, ela é o caráter instrumental da organização em relação a fins predeterminados e fixos e constitui-se em uma simples correia de transmissão transparente, passiva e obediente. Em segundo lugar, é a premissa da unidade e da coesão da organização, conceitualizada como um todo homogêneo e coerente que impõe a sua racionalidade aos comportamentos dos seus membros, ou seja, que consegue infligir-lhes o respeito pelas regras, pelos papéis e pelas relações previstas na sua estrutura formal: os conflitos não têm razão de ser, uma vez que todos se guiam pelas mesmas preocupações e pelos mesmos valores. E, finalmente, a premissa da delimitação clara e unívoca da organização por fronteiras formais, que separam sem

ambigüidade o funcionamento interno dos acontecimentos exteriores e que fazem com que estes últimos não tenham repercussões no interior, a não ser que sejam mediatizados e retomados pelo topo da organização. Assim, a organização entendida por Friedberg (1993) é uma estrutura, um processo de construção da ação coletiva dos homens. São os espaços de ação, em que controles e regras atrelados conseguem coordenar e ajustar o comportamento coletivo, pelo menos temporariamente, com as ações e as estratégias de submissão.

De acordo com Mohrman & Mohrman, Jr. (1995), as organizações são a incorporação pública e coletiva das teorias de ação dos seus membros. Estruturas de emprego orientadas para o indivíduo, recompensas e avaliações refletem as crenças fundamentais (teorias de ação) dos seus componentes acerca do desempenho e da motivação. As características organizacionais que constituem a incorporação das teorias de ação mudam por meio de um processo de averiguação coletiva que resulta em mudanças tanto nas teorias de ação do indivíduo, quanto na sua representação, numa descrição compartilhada de seus padrões de atividade e dos elementos que a constituem. Ensinar a um indivíduo as habilidades da equipe não o levará a uma maneira diferente de exercer o papel, a menos que a organização, coletivamente, determine que o seu desempenho seja realizado com base em um trabalho conjunto e que modifique as características da estrutura da organização (departamentalização) para promovê-lo.

A abordagem sistêmica é uma forma contemporânea de ver a administração e demonstrar a natureza integrada das organizações. O conceito de sistema aberto adapta-se a todas as coisas vivas que mantêm relações com o meio ambiente. Ou seja, um sistema é um conjunto de elementos (partes do sistema ou subsistemas) dinamicamente inter-relacionados (interdependentes e interatuantes) que desenvolvem uma atividade ou função para atingir um ou mais objetivos/propósitos (finalidade para a qual o sistema foi criado).

Nesse sentido, a organização pode ser pensada como um subsistema de todo o ambiente sociocultural no qual ela opera, isto é, uma comunidade. A idéia básica de organização do enfoque sistêmico é a definição: uma organização é um sistema composto de elementos ou componentes interdependentes, em que cada um pode ter seus próprios objetivos. Parece apropriado definir uma organização como um sistema social que é estruturado para a realização de um tipo particular de

objetivo, um tipo de função em nome de um sistema mais inclusivo, a sociedade. Assim, a ideologia de um empreendedor é fortemente influenciada pelas normas e valores de uma sociedade.

Na Modernidade, marcada pela Revolução Industrial e pontuada por movimentos como o Positivismo e o Liberalismo, o foco era no indivíduo e a ética regente era a Ética Protestante do Capitalismo de Weber. Sob este prisma, o Bem-Estar Social era atribuição do Estado. O neoliberalismo, baseado nas conquistas do liberalismo clássico, do ideal do Estado não-intervencionista, deixa o mercado livre para sua auto-regulação. Trata-se do Estado *minimalista*, de baixa intervenção, e do liberalismo, ou seja, do prevaletimento do livre mercado, uma vez que as teorias de intervenção estatal começaram a dar sinais de desgaste devido às freqüentes dificuldades dos Estados em arcar com as responsabilidades sociais assumidas. O aumento do déficit público, a crise fiscal, a inflação e a instabilidade social são consideradas justificativas suficientes para a limitação da ação assistencial do Estado.

Na Pós-Modernidade, sob o domínio do Neo-Liberalismo, a responsabilidade pela sociedade foi gradativamente repassada às Organizações Privadas. Mas, o que são as Organizações? No sentido mais básico da função, são criações do homem com o objetivo de oferecer “coisas” também criadas pelo homem. Essas “coisas” são obtidas por meio da técnica, influenciada pela dimensão estética vigente. A ética vai então refletir sobre a utilização das “coisas” criadas pelo homem e, como a Organização é também uma criação humana, a ética vai também reflexionar sobre o papel das Organizações. Nesse sentido, questiona-se: qual é a função das Organizações na Responsabilidade Social?

O significado da ética

A ética costuma ser definida como a investigação a respeito das noções de bem e de mal, do que é justo e do que é injusto, do conjunto de valores que os homens admitem por tradição, por hábito ou pela adesão a um conjunto de crenças. Campo vastíssimo que, desde a tradição grega, foi objeto de discussão por parte dos filósofos. Nesse sentido, a ética é a apreciação da conduta humana sob o ponto de vista do bem e do mal.

Disciplina ou campo de conhecimento que define e avalia o comportamento das pessoas, a ética lida com o que pode ser diferente do

que é, da aprovação ou da reprovação do comportamento observado em relação ao comportamento ideal que é definido via um código de conduta, ou código de ética, implícito ou explícito.

Toda sociedade institui uma moral válida para todos os seus membros, quais sejam, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta. No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. *Podemos dizer, a partir dos textos de Platão e de Aristóteles, que, no Ocidente, a ética ou filosofia moral inicia-se com Sócrates* (Chauí, 1999, p.339).

A palavra *ética*, do grego *ethos*, tem a mesma origem etimológica da palavra *moral*, do latim *mores*. Ambas significam hábitos e costumes, no sentido de normas de comportamento habituais. Alguns fazem distinção entre ética e moral.

Historicamente a palavra *ética* foi aplicada à *moral* sob todas as suas formas, quer como ciência, quer como arte de dirigir a conduta. *A Ética política tem dois objetos principais: a cultura da natureza inteligente, a educação do povo* (Diderot *apud* Lalande, 1999, p.349).

Os filósofos especulativos alemães que seguem Kant tendem a separar Ética e Moral e a colocar a primeira acima da outra. Schelling: 'A moral em geral coloca um imperativo que só se dirige ao indivíduo, e exige apenas a absoluta personalidade (Selbstheit) do indivíduo; a Ética coloca imperativo que supõe uma sociedade de seres morais e assegura a personalidade de todos os indivíduos através daquilo que ela exige de cada um deles.'... Para Hegel, Moral designa, de preferência, o domínio da intenção subjetiva, e Ética o reino da moralidade (Sittlichkeit) (Ibid).

A moral é um discurso de justificação, um poderoso mecanismo de reprodução social, porque define o que é permitido e proibido, justo e injusto, lícito e ilícito, certo e errado. Essas obrigações, fins, responsabilidades e normas são prescrições que pautam as decisões e moldam as ações dos agentes. As coletividades às quais pertencem esses agentes validam tais deveres ou finalidades. Cada coletividade empenha-se em tornar hegemônica sua moral peculiar num complexo de influências que se entrecruzam (Srouf, 1998, p.270-71).

Vasquez (1995, p.12) afirma que a *ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade*. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano. E reforça esta definição com a seguinte explicação:

Assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora estejam estritamente relacionados, também não se podem confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral. Conquanto seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais (Vasquez, 1995, p.12).

Pode-se concluir então, que a ética seria a parte da filosofia que tem como objetivo estudar o mundo moral e seus procedimentos. É a ciência do comportamento humano em sociedade, que procura explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade para elaborar os conceitos correspondentes.

Ainda, segundo esse autor:

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas (Vasquez, p.11).

De acordo com esta abordagem, a ética fundamenta a moral e estabelece uma relação íntima: a primeira oferece os princípios para uma convivência social harmônica e a segunda os faz vigorar.

Vasquez (1995), destaca três elementos básicos para que um ato seja qualificado como moral ou não. É preciso ser um ato em relação a normas e a outras pessoas, deve ter partido da consciência e da vontade própria de seu realizador. Se o ato analisado cumpre estas duas exigências, é oportuno estudá-lo, à partir do que Vasquez chamou de *Estrutura do Ato Moral*:

Em suma: o ato moral é uma totalidade ou unidade indissolúvel de diversos aspectos ou elementos: motivo, fim, meios, resultados, e conseqüências objetivas. O subjetivo e o objetivo estão aqui como as duas faces de uma mesma moeda. O ato moral não pode ser reduzido a um dos seus elementos, mas está em todos eles, na sua unidade e nas suas mútuas relações (...).

Finalmente, o ato moral, como ato de um sujeito real que pertence a uma comunidade humana, historicamente determinada, não pode ser qualificado senão em relação com o código moral que nela vigora. Mas, seja qual for o contexto normativo e histórico-social no qual o situamos, o ato moral se apresenta como uma totalidade de elementos – motivos, intenção ou fim, decisão pessoal, emprego de meios adequados, resultados e conseqüências – numa unidade indissolúvel (Vásquez, p.63-64).

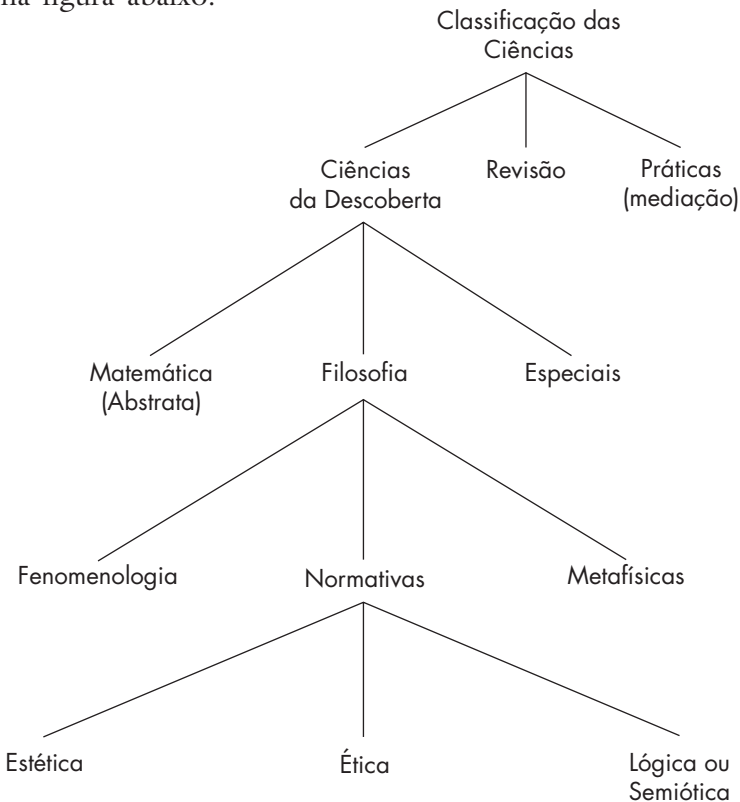
Costuma-se definir, como discutido acima, que a ética é a doutrina do bem e do mal. Peirce, segundo Santaella (1994) discordou disso. O que constitui a tarefa da ética é justamente explicar as razões pelas quais o certo e o errado são concepções éticas. A resposta de Peirce para onde nossa força deve ser dirigida não pode vir da ética, pois ela não é auto-suficiente, mas sim da estética. É da estética que vem a indicação da direção para onde o empenho ético deve se dirigir, daquilo que deve ser buscado como ideal.

Antes de discutir a ética ou qualquer outra ciência, vale a pena ressaltar que o pensamento filosófico deve começar por um sistema de lógica e estabelecer um modelo ou uma tabela universal de categorias baseadas na mais radical análise de todas as experiências possíveis. Peirce passou anos tentando chegar a uma classificação que o satisfizesse, fundamentada na lógica das três categorias (Kent, 1987). A classificação peirceana, numa apresentação sintética, se estrutura do seguinte modo (Santaella, 1992): (1) ciências da descoberta; (2) da revisão e (3) práticas. As ciências da descoberta, por sua vez dividem-se em: (1.1) matemática; (1.2) filosofia e (1.3) ciências especiais [físicas e psíquicas].

Quanto mais abstrata é a ciência, mais ela é capaz de fornecer princípios para as menos abstratas. Assim, a filosofia extrai da matemática muitos dos seus princípios, e da filosofia as ciências especiais recebem seus princípios (Santaella, 1983, p.23-31).

Cada um desses elementos apresenta um grande número de ramificações e gradações, cujos detalhes não focarei aqui, mas, dentro do diagrama completo das ciências, é fundamental o papel da filosofia em que todas as questões a respeito da experiência humana são discutidas. A classificação continua da seguinte forma: (1.2) filosofia; (1.2.1) fenomenologia; (1.2.2) ciências normativas. Nas ciências normativas temos: (1.2.2.1) estética; (1.2.2.2) ética; (1.2.2.3) lógica ou semiótica. E, por fim, (1.2.3) metafísica (Santaella, 1983:23-31).

Para facilitar a compreensão, podemos observar a classificação peirceana na figura abaixo:



Fonte: Adaptado de Santaella (1983, p.27).

As ciências normativas, que se seguem à fenomenologia, estão voltadas para a compreensão dos fins, das normas e dos ideais que guiam o sentimento, a conduta e o pensamento humano. Elas não estudam os fenômenos tal como aparecem, pois essa é a função da fenomenologia, mas pesquisam como agimos sobre eles e sobre nós e, de modo geral, observam que o ser humano agrupado ou não, se for agir deliberadamente e sob controle, deve responder aos apelos da experiência (Santaella, 1994, p.113-114).

A ação humana é raciocinada, deliberada e controlada. Mas toda ação deliberada e controlada é guiada por fins, objetivos escolhidos. Essa escolha – se for fruto da razão – deve ser deliberada e controlada, o que, por fim, requer o reconhecimento de algo que é admirável em si mesmo para ser desejado. A lógica, como estudo do raciocínio correto, é a ciência dos meios para se agir razoavelmente. A ética ajuda e guia a lógica por meio da análise dos fins aos quais esses meios devem ser dirigidos e a estética guia a ética ao definir qual é a natureza de um fim em si mesmo que seja admirável e desejável em quaisquer circunstâncias, independentemente de qualquer outra consideração de qualquer espécie que seja. A ética e a lógica são, assim, especificações da estética. A ética revela quais propósitos devemos razoavelmente escolher em várias circunstâncias, enquanto a lógica sugere quais meios estão disponíveis para perseguir esses fins (Santaella, 1983, 1992, 1994).

O significado da responsabilidade social

O maior desafio de se trabalhar com Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é entender o que ela significa. Muitas vezes, o que se vê são experiências que trazem boas intenções, mas, na prática, são ações de marketing, como a de se praticar o bem pensando apenas na imagem da empresa.

Podemos entender que responsabilidade social é o conjunto de metas focadas na melhoria da qualidade de vida da população e estabelecidas com base em indicadores periodicamente mensurados.

Assim, a responsabilidade social pode ser vista como uma obrigação do Estado, que a executa por intermédio de políticas públicas e arrecadação de impostos, ou uma obrigação do indivíduo, como voluntário em ONG's, ou como um doador que financia as atividades de entidades beneficentes.

Em termos organizacionais, de acordo com o *Instituto de Desenvolvimento Gerencial*, a responsabilidade social:

é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (INDG, 2005).

Segundo Melo Neto & Brennan *apud* Benedicto (2005) responsabilidade social é um conceito antigo, com origem no final do século XIX e início do século XX. Mas, sua popularização ocorreu somente no final dos anos 60 e 70 do século passado na Europa e nos Estados Unidos, e no final dos 70 e início dos anos 80 do século passado no Brasil.

A partir de 1980, nos Estados Unidos, surgiu o movimento neoliberal que transferiu para os empresários – que passaram a determinar quais projetos deveriam receber os recursos capitalistas – a agenda social, nomeada de Responsabilidade Social Empresarial.

As empresas americanas, assim, começaram a decidir quais projetos financiar, especialmente as que mais enalteceriam as marcas e a imagem corporativa de suas empresas. Isto gerou uma competição pelo *share of mind* de consumidores e doadores, que prejudicou sensivelmente as entidades que dependem exclusivamente de suas marcas para angariar recursos.

Nem todos os empresários aderiram a esta concepção neoliberal e preferiram continuar a criar fundações separadas de seus empreendimentos para não incentivar o uso de entidades beneficentes na estratégia de marketing das empresas. Bill Gates, por exemplo, criou a Fundação Bill e Melinda Gates que cuida de vacinação infantil, ao invés de criar um “Instituto Microsoft”. A responsabilidade social da Microsoft seria fazer aplicativos e produtos que respeitem o meio ambiente e as leis do país. No Brasil, a maioria das empresas evita projetos sociais polêmicos, como o tema da prostituição infantil ou outros que não complementam a marca da empresa.

Responsabilidade social é a obrigação que a empresa assume com a sociedade em buscar o lucro e, ainda, implementar políticas que melho-

rem a qualidade de vida da sociedade como um todo em uma atividade favorável ao desenvolvimento sustentável, à qualidade de vida no trabalho e na sociedade, ao respeito às minorias e aos mais necessitados, à igualdade de oportunidades, à justiça comum e ao fomento da cidadania e o respeito aos princípios e valores éticos e morais. O relacionamento ético-empresarial com todos os grupos de interesse que influenciam ou são influenciados, constitui-se numa expansão e evolução do conceito de empresa para além do seu ambiente interno (Benedicto, 2005).

Scatena & Pereira (2005, p.21) do *Instituto Ethos* definem Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como a

(...) forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O senso de responsabilidade social, porém, não é sustentado apenas pelos resultados que a empresa possa produzir. Trata-se de uma questão de princípios. A RSE sustenta ações e relações fundamentada na responsabilidade e na ética, em todas as dimensões: nas relações interpessoais na empresa, com trabalhadores, com fornecedores, com clientes, com a comunidade em geral, com o governo e com o meio ambiente.

Além disso, a responsabilidade social significa, também, sustentabilidade. A ação das empresas não pode comprometer as futuras gerações apenas para satisfazer as necessidades de quem a pratica. Em outras palavras: deve ser uma proposta em que todos ganhem.

Em termos lógicos, pode haver três tipos de categorias de empresários com relação à RSE: o que afirma que a responsabilidade social não faz parte de seu negócio; o que pratica a boa ação, mas de forma errada (contrata, por exemplo, um deficiente físico, mas sequer pensa qual a atividade que ele desempenhará e qual o espaço que ocupará na empresa) e o que realmente entendeu o conceito.

O conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) considera que o planeta, as comunidades locais, o meio ambiente, a sobrevivência dos negócios, estão todos relacionados. O International Finance Corporation (IFC), organização do Banco Mundial, em parceria com o Instituto Ethos e a empresa Sustainability,

realizaram em 2002 uma pesquisa intitulada Criando Valor – primeiro estudo em larga escala a analisar histórias de sucesso para a sustentabilidade em mercados emergentes de geração de lucro a partir da sustentabilidade. Entre as conclusões, destaca-se aquela onde a motivação comercial tem levado as empresas a buscar esses objetivos de um novo desenvolvimento. Para empresas exportadoras, por exemplo, está claro que adotar padrões e sistemas de gestão e sustentabilidade amplia seu acesso aos mercados, podendo significar melhores preços para seus produtos (Meireles Filho, 2004, p.349).

A RSE também é assunto importante nos principais centros da economia mundial, como o *Sustainability Index*, da Dow Jones, que foca na necessidade de integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias das empresas. As normas e padrões certificáveis são relacionados à responsabilidade social, como as normas SA8000 (relações de trabalho) e AA1000 (diálogo entre os interessados). (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Considerações Finais

O comportamento ético e a responsabilidade social das organizações estão entre as tendências mais importantes que influenciam as ações da administração no início do terceiro milênio. Como observamos, o debate sobre a ética e a responsabilidade social é muito antigo e acentuou-se devido a problemas como corrupção, proteção dos consumidores, desemprego, poluição, entre muitos outros que envolvem as organizações públicas ou privadas.

Ética e responsabilidade social não devem ser apenas obrigações das grandes empresas. Qualquer empresa pode adotar regras que respeitem os interesses públicos estratégicos (comunidades, consumidores, acionistas, profissionais da empresa, terceiro setor, governo, imprensa etc.), os chamados *stakeholders*.

Apesar de toda empresa ser “social” desde o momento (ato) em que é criada – o nome, a sede, o contrato e o capital carregam essa denominação –, apenas as “modernas” levam o conceito adiante por meio da interação com os públicos estratégicos. Essa preocupação recai, principalmente, sobre os consumidores por ser cada vez maior o índice dos que procuram agregar valor ao ato de consumir.

O primeiro passo para tornar a empresa ética é criar um código de conduta e distribuí-lo para um maior número possível de *stakeholders*, mas a melhor garantia para saber se uma empresa adota práticas aceitáveis pela sociedade é contactá-las e perguntar se ela possui um código de ética. Se a resposta for *espere um pouco que vou verificar ou transferir a ligação para...* é um indicador que ela não segue esse caminho ou enfrenta um dilema ético.

Os dilemas éticos estão presentes em todos os tipos de organizações. As pequenas, por exemplo, são tentadas a “contornar” a enorme carga tributária e a desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos funcionários; as grandes sempre estão às voltas com questões que confrontam com o governo ou com a legislação.

Assim, a ação com responsabilidade social deve fazer parte do planejamento da empresa. A pergunta é *onde e como a empresa quer estar daqui a x anos*. Ser 100% ético – apesar de parecer impossível – pode ser previsto. A ética é o eixo da responsabilidade social. Para não cair em contradição, a ética não permite metades. Se a empresa acredita que a diversidade pode agregar valor, na hora de contratar um negro ou um índio ela o faz sem o peso de praticar uma benemerência.

Porém, antes de uma empresa partir para a responsabilidade social deve observar qual é a melhor forma de atuar. Antes de construir uma escola, um posto de saúde etc, é preciso verificar se realmente é disso que ela precisa, pois pode ser que a necessidade seja outra.

As empresas têm consciência de que a adoção de compromissos éticos, geralmente agregados a ações sociais com a comunidade, proporciona melhores retornos aos acionistas e contribui para que os funcionários trabalhem mais contentes e para que os fornecedores transformem-se em parceiros estratégicos. No entanto, existe uma falta de coerência entre o discurso (saber ético) e a prática (fazer ético), já que nem sempre é possível alinhar as idéias às exigências dos negócios.

Esse descompasso existe porque as empresas ainda estão com seus focos apenas nos lucros. Os valores éticos podem ser até colocados em prática, desde que tragam retorno financeiro.

Os objetivos mais valorizados pelas organizações que buscam o fortalecimento dos negócios por meio da RSE então focados na área de recursos humanos – aumento da motivação e envolvimento dos colaboradores; retenção e atração de bons empregados e colaboradores. Valo-

rizam, também, melhoria na imagem, aumento da satisfação do cliente e vantagens competitivas.

Alguns estudiosos acreditam que as organizações têm responsabilidades com a sociedade e devem cumpri-las; outros pensam que a única responsabilidade das empresas é cuidar de seus acionistas. A polêmica está longe de se obter consenso.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES (1998). *A Política*. (Trad.) Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes.
- BENEDICTO, S. C. *A Responsabilidade social como um fator chave para a construção da vantagem competitiva da empresa*. RA UNIMEP, Maio/Agosto, 2005, v.3, n.2.
- BRAVERMAN, H. (1981). *Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio Janeiro: Zahar.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*; v.1, São Paulo: Paz e Terra.
- CHAUÍ, M. (1999). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- _____. (2002). *Introdução à História da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Cia das Letras.
- DRUCKER, P. F. (1976). *Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1989). *As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Pioneira.
- _____. (1997). *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira.
- GALBRAITH, J. R. (1987). Organization Design. In: LORSCH, J. (Ed.), *Handbook of Organization Behavior*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- _____; LAWER III, E. E. & Associados (Orgs.) (1995). *Organizando para competir no futuro: estratégia para gerenciar o futuro das organizações*. São Paulo: Makron.
- INDG: Instituto de Gerenciamento Gerencial. On-line. Internet. Disponível em: <<http://www.indg.com.br/info/glossario/glossario.asp?r>>. Acesso em: 29 nov. 2005.
- INSTITUTO ETHOS (2005). Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/responsabilidade/contexto_brasileiro.asp>. Acesso em 9 jun. 2006.

- KENT, B. (1987). *Charles S. Peirce: Logic and The Classification of Sciences*. Kingston and Montreal: McGill-Queen's University Press.
- LALANDE, A. (1999). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- LAPASSADE, G. (1977). *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- MEIRELES FILHO, J. (2004). *O Livro de ouro da Amazônia*. São Paulo: Ediouro.
- MOHRMAN, S. A. & MOHRMAN Jr., A. M. (1995) Mudanças Organizacionais e Aprendizado. In: GALBRAITH, J. R.; LAWER III, E. E. & Associados (Orgs.). *Organizando para competir no futuro: Estratégia para gerenciar o futuro das organizações*. São Paulo: Makron, pp. 69-89.
- MORGAN, G. (1996). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas.
- SANTAELLA, L. (1983). *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1992). *Assinatura das coisas: Peirce e a Literatura*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1994). *Estética, de Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento.
- SCATENA, C. & PEREIRA, M. (2005). *Responsabilidade Social Empresarial e ferramentas de gestão*. São Paulo: Uniethos.
- SROUR, R. H. (1998). *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. São Paulo: Campus.
- VASQUEZ, A. S. (1995). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.